

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 427.531 - PR (2017/0315285-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARCELLO TRAJANO DA ROCHA
ADVOGADO : MARCELLO TRAJANO DA ROCHA - PR0025056
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ISMAEL DE FARIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de **ISMAEL DE FARIAS** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"HABEAS CORPUS CRIME. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (LEI N.º 11.343/06, ART. 35) E CORRUPÇÃO DE MENORES (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ART. 244-B). DECISÃO QUE MANTÉM A PRISÃO PREVENTIVA. (I) CRIMES IMPUTADOS NA DENÚNCIA DISTINTOS DOS INICIALMENTE INVESTIGADOS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL PARA A MUDANÇA DE CONVENCIMENTO DO PARQUET SOBRE OS CRIMES TEORICAMENTE COMETIDOS PELO INVESTIGADO, DURANTE A PERSECUÇÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE, INCLUSIVE, DURANTE A FASE PROCESSUAL (MUTATIO LIBELLI E EMENDATIO LIBELLI). (II) INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ATACADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. FUMUS COMISSI DELICTI. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÕES EM FLAGRANTE E INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE CONFIRMADA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITUOSA QUE JUSTIFICA O CÁRCERE CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME QUE AQUILATA A NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CAUTELARES PESSOAIS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. (III) CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA E INSUFICIÊNCIA PARA CONCEDER A LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA PORQUE PRESENTES OS SEUS PRESSUPOSTOS.

1. Quanto aos dois pressupostos da prisão preventiva, entende a doutrina, a partir do CPP (art. 312), consubstanciarem-se no fumus comissi delicti e no periculum libertatis. O fumus comissi delicti consiste em (i) prova da materialidade e (ii) indícios de autoria (ou participação). Já o periculum libertatis pode residir em cinco hipóteses distintas: (a) garantia da ordem pública, (b) garantia da ordem econômica, (c) conveniência da instrução criminal ou (d) garantia de

Superior Tribunal de Justiça

aplicação da lei penal; ou (e) descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.

2. O risco de reiteração criminosa é elemento apto a justificar a necessidade de garantia da ordem pública, conteúdo, no caso, do *periculum libertatis*.

3. As condições pessoais do paciente, ainda que favoráveis (primariedade, família constituída, endereço fixo, trabalho lícito, dentre outras), não obstam o cárcere cautelar, pois a prisão preventiva deve ser mantida em seu desfavor se presentes os pressupostos legais.

ORDEM DENEGADA." (e-STJ, fls. 43-45)

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 35 da Lei n. 11.343/2006 e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante, em síntese, que: **a)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva; **b)** "o paciente tem filhos e provém a subsistência da sua família, inclusive sua companheira está grávida de oito meses, tem residência fixa, trabalho lícito" (e-STJ, fl. 11).

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a segregação cautelar foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"No caso dos autos entendo estarem os requisitos autorizadores da medida presentes excepcional, uma vez que a prova da materialidade do delito encontra-se consubstanciada nas prisões em flagrante já ocorridas anteriormente, bem como no teor dos relatos de interceptação telefônica realizados no feito. Além disso, há indícios suficientes de autoria para decretação da segregação cautelar. Vejamos:

[...]

b) Do Núcleo Marlon O investigado Marlon Severo, além de atuar diretamente na venda de drogas a usuários em conjunto com sua companheira Andrielli Conceição, fornece entorpecentes para que outros traficantes possam traficar nesta Comarca.

Superior Tribunal de Justiça

Os investigados Marlon e Andrielli foram presos em flagrante no dia 09/02/2017 (autos n.º 792-30.2017.8.16.0165), no entanto a investigada Andrielli foi colocada em liberdade após a audiência de custódia.

Em liberdade, a investigada Andrielli passou a gerenciar diretamente a venda de drogas anteriormente realizada na companhia de Marlon Severo. Posteriormente, mais precisamente no recebimento da denúncia oferecida em desfavor aos investigados Marlon e Andrielli nos autos, foi decretada a prisão preventiva de Andrielli, cujo mandado foi cumprido em 24/04/2017. **supracitados Do relatório carreado aos autos verifica-se que Marlon e Andrielli adquiriam o entorpecente de Ismael de Farias, vulgo “Fio”, os quais negociavam elevado volume de drogas, conforme valores declarados nas conversas de fl. 14 do mov. 97.3 - mencionam as quantias de R\$ 7.500,00, R\$ 8.200,00, R\$ 16.200,00 e R\$ 6.700,00.**

Ainda, consta que o investigado Maicon de Freitas era responsável pela venda de drogas aos usuários, sendo que sua participação na associação criminosa restou demonstrada pelas inúmeras conversas destacadas no relatório de mov. 97.3.

[...]

2.2 Do fundamento - por sua vez, caracteriza-se pelo risco provocado pela manutenção da *periculum libertatis* liberdade dos representados, na medida em que pode restar comprometida a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e/ou a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, é forçoso reconhecer que a liberdade dos representados, nesse momento, representa um grave e efetivo, especialmente diante do risco de risco à ordem pública reiteração de condutas criminosas, sobretudo porque a operação policial anterior, que inclusive culminou com prisões em flagrante, não serviu para impedir o grupo de continuar na empreitada criminosa, tendo se reorganizado e mantido as atividades de traficância, em clara demonstração de desrespeito à ordem social.

Não posso deixar de observar que o crime de tráfico de drogas em tese praticado pelos investigados é grave, equiparado aos crimes hediondos, os quais oferecem alto risco à ordem pública e ao interesse da coletividade, posto que além se caracterizar em conduta delituosa propriamente dita, ainda serve para fomentar a prática de outros delitos, principalmente patrimoniais.

Como já mencionado acima, os investigados Roberson Carlos, Marlon Severo, Andrielli Conceição, Adrisson Guilherme e Fabiane Wichicovizki estão presos preventivamente pela prática de crimes relacionados ao tráfico de drogas e, mesmo assim, continuam a comandar a prática do tráfico de drogas na região, tendo angariado novos integrantes para sua associação, de modo que a atividade não restasse prejudicada.

Outrossim, os investigados Christiane Naomi e Bruno Ricardo estão foragidos, havendo contra ambos mandado de prisão pendente de cumprimento, também pela prática do crime de tráfico de drogas, em franca demonstração de interesse de se furtar à Justiça e à aplicação

da lei penal.

Já em relação à Ismael de Farias, Maicon de Freitas, Eunice de Oliveira, Angelita da Silva, Marcos Sutil e Luiz Alexandre, há fortes indícios da prática do crime de tráfico de drogas, sendo que a prisão preventiva cessará a mercancia de entorpecentes por estes investigados.

Com efeito, o dos quatro núcleos observados pela autoridade policial *modus operandi* exasperam a gravidade do delito e demonstram que a prisão do grupo será a única forma de dismantelar a organização e fazer cessar - ou pelo menos reduzir consideravelmente - a prática da traficância nesta Comarca de Telêmaco Borba, já marcada por elevadíssimos índices de criminalidade e pela influência do tráfico de drogas na prática dos mais diversos delitos, sobretudo os mais graves, isto é, aqueles que são praticados contra a vida. Como visto, a própria prisão anterior de alguns dos integrantes dos núcleos não foi suficiente para fazer cessar a prática do ilícito, indicando que só a medida mais drástica, e aplicada a todos os envolvidos, é a que é capaz de restabelecer a ordem social nesse caso.

Desta forma, tenho que a gravidade da infração, aliada à repercussão social gerada pelo delito praticado autoriza o Poder Judiciário a determinar a prisão cautelar dos investigados, como medida de garantia da ordem pública, diante da grande probabilidade de que, em liberdade, permaneçam a comercializar entorpecentes nesta Comarca. Como visto, o grupo tem ciência da aproximação da Polícia de suas atividades, sendo que tem utilizado dos meios alternativos para se furtar à atuação policial, buscando conversar por códigos, não se utilizar de linhas telefônicas, trocar repetidamente de números de celular, etc. Toda essa preocupação demonstra, pois, o efetivo interesse em manter a organização criminosa em pleno e efetivo funcionamento, evidenciando, de forma concreta, o intento de reiteração criminosa.

É sabido que em regra todos os crimes geram algum tipo de abalo à ordem social, situação que legitima o Estado a processar, julgar e aplicar sanções de caráter pessoal aos seus agentes. Entretanto, é evidente que determinados crimes geram maior sentimento de impunidade e insegurança aos cidadãos, ou mesmo sentimento de intranquilidade por certo tempo, de modo que abalam sem dúvida a ordem pública.

É justamente essa situação que se verifica no caso em exame, que envolve a suposta prática de tráfico de drogas, em quantidades elevadas, conforme se observa a partir dos valores monetários movimentados, conforme decorre dos relatórios juntados no feito.

Destaco que tal conduta delituosa notoriamente traz inúmeros prejuízos à sociedade como um todo, fomentando e até mesmo financiando a prática de outros crimes, conforme já mencionado.

Trata-se, ainda, de situação que traz insegurança à população local, merecendo ser fortemente reprimida, até mesmo como forma de se acautelar o prestígio da Justiça e preservar a ordem pública.

Superior Tribunal de Justiça

Ainda, a segregação cautelar mostra-se necessária para garantir a conveniência para evitar que os representados inutilizem eventuais provas, ou ainda que venham a instrução criminal intimidar testemunhas, como frequentemente ocorre em tal modalidade de delito, em que os autores acabam sendo de certa forma "temidos" pela população local e, uma vez em liberdade, utilizam-se de tal temor para constranger testemunhas. Além disso, o risco de inutilização de provas que venham a incriminar os próprios autores ou mesmo seus comparsas também é evidente, conforme bem demonstram os relatórios apresentados, dos quais constam estratégias dos investigados justamente nesse sentido - como esconder droga na residência de vizinhos/comparsas, fugir com provas do delito após a abordagem de alguns dos envolvidos, dentre outras.

Ademais, a audácia do arrebatamento de um dos envolvidos - Bruno Ricardo - da Cadeia Pública local, em situação que colocou em risco não apenas agentes penitenciários, mas também toda a população que reside ao entorno da Cadeia Pública, bem assim aos próprios outros detentos, somada, ainda, à situação de foragidos deste e de sua companheira Christiane, indicam a necessidade da medida como forma de garantia da própria, eis que claramente pretendem se furtar à aplicação da lei penal aplicação de sanções legais pelas condutas que vem praticando.

Por tais razões, evidencia-se em cognição que este momento processual permite, a presença do bem como do, pela garantia da ordem pública, conforme *fumus comissi delicti periculum libertatis* acima detalhado.

Por fim, em casos como o dos autos é abstratamente admitida a decretação de prisão preventiva, nos termos do artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal, o qual dispõe que tal medida é admitida "nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos". Estando a se apurar a possível prática dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico cujas penas máximas, somadas, chegam a 25 (vinte e cinco) anos de reclusão. Desse modo, preenchido mais esse requisito.

3. Ante o exposto, verificando a presença dos requisitos legais, decreto a prisão preventiva de MARLON SEVERO SANTOS, ROBERSON CARLOS DA ROSA, BRUNO RICARDO DOS SANTOS, MARCOS SUTIL DA SILVA, MAICON DE FREITAS, ISMAEL DE FARIAS, LUIZ ALEXANDRE DA ROSA, ADRISSON GUILHERME MACIE, FABIANE WICHICOVIZKI, CHRISTIANE NAOMI TAKAHASHI, ANDRIELLI CONCEIÇÃO LIMA DE e, como forma de garantia da JESUS, EVANICE DE OLIVEIRA ANGELITA DA SILVA SOUZA ordem pública, para fins de garantir a conveniência da instrução criminal, bem como a aplicação da lei penal." (e-STJ, fls. 15-18)

Como se vê, a prisão preventiva imposta ao paciente encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante dos fortes indícios de que ele integra organização criminoso voltada para o tráfico de drogas, com comercialização de grande quantidade de entorpecentes. O paciente adquiria drogas de

fornecedores diversos e os repassava ao grupo criminoso.

Ademais, a custódia cautelar imposta ao paciente está fundamentada também na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, porquanto, conforme mencionado no decreto preventivo, "a própria prisão anterior de alguns dos integrantes dos núcleos não foi suficiente para fazer cessar a prática do ilícito, indicando que só a medida mais drástica, e aplicada a todos os envolvidos, é a que é capaz de restabelecer a ordem social nesse caso" (e-STJ, fl. 17).

Saliente-se que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014; HC 154.438/MT, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 23/4/2019, Dje 1º/7/2019; e AgR no RHC 144.517/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 7/8/2018, Dje 5/9/2018).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE SER USUÁRIO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerado que seria integrante de "uma sólida associação criminosa voltada ao tráfico de drogas na cidade de Pouso Alegre/MG, com ramificações em outras cidades do Sul de Minas Gerais". Tal circunstância, a meu ver, indica reprovabilidade da conduta, em tese, praticada e justifica a indispensabilidade da imposição da medida extrema.

V - 'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós,

Superior Tribunal de Justiça

garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário Desprovido"

(RHC 95.938/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 3/4/2018, DJe 11/4/2018).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REVISÃO DE REGIME PRISIONAL E APLICAÇÃO DE DETRAÇÃO PENAL. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. MANIFESTAÇÃO PREMATURA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE APELO CRIMINAL. NÃO IDENTIFICADO. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada em associação criminosa, com diversos integrantes, posições definidas, ligação com organização criminosa denominada PCC, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

[...]

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegado."

(HC 389.003/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017)

Saliente-se que o fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 81.823/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 352.480/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 07/06/2017; RHC 83.352/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator